

A PRESENÇA DAS MULHERES EM PROJETOS DE EXTENSÃO DO IFRN

Cristiane de Brito Cruz
Olivia Morais de Medeiros Neta

RESUMO

A história do extensionismo brasileiro é de muitas lutas e de dificuldades na construção de seu conceito que é complexo. A história da extensão acompanha a história das universidades brasileiras que é bem recente. O IFRN após a nova institucionalização precisou adequar seus documentos para poder definir as ações que são inerentes à extensão, obedecendo à legislação vigente e ao I Fórum de Pró-reitores das Universidades Brasileiras que ocorreu em 1987 e é a base de todos os documentos que se referem à extensão do instituto. Nosso aporte teórico contou com Sousa (2000) e Jezine (2006) que tratam sobre extensão; os decretos, leis brasileiras e os regulamentos internos do IFRN; o Projeto Político Pedagógico, dentre outros. O objetivo de nosso trabalho foi o de analisar a participação das mulheres nas ações dos projetos de extensão que fazem parte do programa extensionsista do IFRN. Concluimos que as mulheres, servidoras do IFRN, participam ativamente no contato da instituição com a comunidade através dos projetos de extensão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional, Extensão, IFRN, mulher.

WOMAN'S PRESENCE IN IFRN EXTENSION PROJECTS

ABSTRACT

The history of Brazilian extensionism is one of many struggles and difficulties in constructing its complex concept. The history of extension follows the history of Brazilian universities, which is very recent. The IFRN after the new institutionalization had to adapt its documents in order to define the actions that are inherent to the extension, obeying the current legislation and the I Forum of Pro-Rectors of the Brazilian Universities that took place in 1987 and it is the basis of all the documents referring to the extension of the institute. Our theoretical support included Sousa (2000) and Jezine (2006) who discuss extension; Brazilian decrees, laws and internal regulations of IFRN; The Pedagogical Political Project, among others. The objective of our work was to analyze the participation of women in the actions of extension projects that are part of the IFRN extension program. We conclude that women, IFRN employees, actively participate in the institution's contact with the community through extension projects.

KEYWORDS: Professional Education, Extension, IFRN, woman.

1 CAMINHOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

No Projeto Político Pedagógico do IFRN – PPP 2012 a proposta é de trabalhar a extensão juntamente com o ensino e a pesquisa de forma indissociável constituindo-se em uma das dimensões formativas da escola. O desenvolvimento de projetos é uma possibilidade de se trabalhar com a extensão universitária, articulando-a às dimensões de ensino e de pesquisa. Os projetos podem ser curtos ou permear toda a duração dos cursos. Os projetos são selecionados através de chamada pública por edital, passando por avaliação e sendo selecionados segundo a pontuação e a quantidade de vagas para cada campus do IFRN.

Os projetos têm o objetivo de aliar a teoria à prática, “tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho e na realidade social.” (IFRN, 2012, p. 88). Objetivam o desenvolvimento de tecnologias, construção de soluções para problemas, melhoria do processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento local.

Remontando seus primórdios ao modelo europeu a extensão universitária está relacionada as Universidades Populares datadas do século XIX, vinculadas à ideia de educação de adultos, aberta a todos os interessados, não somente para a população menos favorecida. Em meados de 1910 a primeira universidade no Brasil relacionada à prática de extensão universitária é a Universidade Livre de São Paulo que fazia a disseminação do conhecimento técnico por meio de conferências à população. (CASTRO, 2004).

As primeiras manifestações de extensão universitária no Brasil coincidem com a criação do ensino superior. Segundo Rocha (1984, p.55) além da Universidade Livre de São Paulo a fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa nos moldes dos "Land Grant Colleges dos Estados Unidos"¹ contribuiu para dar início ao movimento extensionista brasileiro. A partir destas duas experiências surgem as ideias dos "cursos de extensão" e da extensão universitária como forma de prestação de serviços.

A extensão nasceu com o nascimento das universidades no Brasil. O Governo Federal elabora seu projeto universitário, articulando medidas que se estendem desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31) e à criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/31). (FÁVERO, 2006, p. 21). Estes são considerados os primeiros decretos e posteriormente foram criadas as primeiras leis que regiam as universidades e já nestes documentos constam algumas orientações sobre extensão universitária. A extensão associada ao ensino e à pesquisa faz parte da tríade formativa de instituições de ensino superior.

A extensão adequações de seu conceito ao longo da história. Não se sabia a diferença quais atividades eram próprias extensão diferentemente do ensino e da pesquisa. Segundo os Decretos 19.850/1931 e Nº 19.851/1931 era função do Conselho Nacional de Educação “facilitar, na esfera de sua ação, a extensão universitária e promover o maior contacto entre os institutos técnicos e científicos e ambiente social (BRASIL, 1931).” No caso, a extensão servia de conexão da universidade com a sociedade.

A extensão no Brasil foi influenciada pelo Manifesto de Córdoba em 1918, na Argentina, lá os estudantes reivindicavam mais acesso do povo à universidade, mais autonomia universitária e melhoria nas aulas e o fim da carreira vitalícia dos professores. Com o nascimento da União Nacional dos Estudantes – UNE - em 1937, houve tentativas de institucionalizar a extensão que oferecesse cultura, entre outros serviços, de forma gratuita à população. A extensão adquiriu importante papel político.

¹ Para saber mais sobre este tipo de universidade leia RIBEIRO, 2006, p. 107 disponível nas referências.

Segundo Rocha (1986) após este período iniciam-se as tentativas nacionais no sentido de institucionalização da extensão com o Centro Popular de Cultura (CPC); a extensão da Universidade de Brasília (UNB); o Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco (SEC); a Universidade Volante do Paraná; entre outros.

Com a UNE os estudantes universitários deram início aos movimentos culturais e políticos nos anos posteriores considerados como fundamentais para a formação das lideranças intelectuais de que o país necessitava naquele momento histórico importante.

Em 1961 acontece o I Seminário nacional da Reforma Universitária e a partir destes seminários constroem-se documentos, um deles, a Declaração da Bahia, produto do I Seminário Nacional de Reforma Universitária torna-se um marco para o Movimento Estudantil Brasileiro ocorrido em 1961 (SOUSA, 2000, p.37).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Lei 4.024/1961, sinaliza a extensão por meio da menção aos cursos ofertados para os estudantes de segundo grau, hoje Ensino Médio, que poderiam ser dados nas instituições superiores ou nos colégios universitários como forma de preparação dos alunos para os cursos superiores, para os alunos da 3ª série. (BRASIL, 1969).

Aconteceu o golpe militar em 1964 e o governo, preocupado com a força dos movimentos estudantis assume a extensão como uma de suas metas e através de acordo feito com os Estados Unidos promove uma reforma educacional. O Ministério da Educação (MEC) e *United States Agency for International Development* (USAID)² propõe um acordo para sanar a crise nas universidades brasileiras e encontrar um modelo de extensão que atendesse aos interesses do governo. A Reforma Universitária amparada pela Lei 5.540/1968 torna obrigatória a extensão em todas as Instituições de Ensino Superior (IES). (CASTRO, 2004).

Criam-se iniciativas de extensão ligada à prática profissional dos estudantes e muitos são convidados a lugares mais ao interior do país. O Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) foi criado em 1965 e O projeto Rondon³ teve início no Rio de Janeiro em 1968 através do decreto 62.927, com a “finalidade de promover estágios de serviço para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional (BRASIL, 1968).”

Em 1975 nasce a primeira política de extensão universitária brasileira que ficou conhecido como Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Neste relatório além de outras recomendações constava a criação da Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários, do MEC (NOGUEIRA, 2013, p. 36).

Embora não tenha sido instituída por ato legal, a CODAE teve significativa atuação de 1974 a 1979. Elabora o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que incentiva a participação de discentes e docentes nas atividades extensionistas, trazendo um novo conceito de extensão universitária: “...a forma através da qual a instituição de ensino superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa” (MEC/DAU, 1975, *apud* ROCHA, 1986, p. 139).

Para Nogueira (2013) o Plano de Trabalho de Extensão Universitária superava a visão tradicional de extensão enquanto realização de cursos e prestação de serviços já que definiu outras formas de extensão como projetos de ação comunitária, difusão de resultados de pesquisas, difusão cultural ou outras formas de atuação levando-se em conta a realidade

² Para saber mais sobre este acordo leia Franzone (2015) disponível nas referências.

³ Para saber mais sobre este projeto leia Dos Santos (2005) disponível nas referências.

regional. Disponibilizaram-se recursos para financiamento de projetos além de atividades de capacitação com treinamentos e seminários. No entanto, apesar dos avanços, o controle e o poder de decisão estavam nas mãos do MEC cabendo às universidades apenas executar as atividades.

Com os movimentos de redemocratização do país nos anos 1980 emerge a discussão do papel da universidade e seu compromisso com as classes menos favorecidas e da autonomia universitária. A extensão universitária é entendida como aquela que irá possibilitar o cumprimento da missão social das universidades (NOGUEIRA, 2013, p. 38).

Em 1987, no 1º Encontro Nacional do Fórum de Pró-reitores de Extensão Universitária dá início os debates sobre extensão universitária no Brasil. O conceito foi aprimorado como vemos abaixo:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

Muda-se, portanto, a função assistencialista ou de prestação de serviços da extensão, trabalha-se com a ideia de emancipação social, via de luta dos menos favorecidos, uma forma de contribuição da universidade com a sociedade. Uma relação dialógica de mútuo aprendizado entre estudantes e a comunidade na qual os primeiros pudessem além de levar a cultura acadêmica e os conhecimentos ditos formais, poder conhecer a cultura popular, entendê-la, transformar-se com este contato e aprender também a valorizá-la.

Segundo Jezine (2006) na década de 1950 e 1960, as práticas extensionistas se realizavam por cursos e serviços à comunidade que não tinham acesso às universidades, era a concepção **transformadora-redentora** da sociedade. Durante a Ditadura, por intermédio do atendimento às demandas sociais, adquiriu a perspectiva **assistencialista**. Nos anos 80, a partir da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária ganha uma nova dimensão, articulada ao ensino e à pesquisa, adquirindo uma função **acadêmica**. E a partir da década de 90, busca redimensionar o seu papel tomando forma a perspectiva **mercantilista**.

2 O IFRN E O PROGRAMA DE APOIO INSTITUCIONAL À EXTENSÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) assim como outras instituições universitárias brasileiras de educação superior possui projetos, programas, atividades e ações de extensão. Obedece a regulamentação brasileira sobre a extensão universitária e possui regulamentos que regem a extensão que se trata do contato do instituto com a sociedade e com as comunidades aos quais os diversos campi fazem parte.

Um dos documentos que regem o instituto é o Projeto Político Pedagógico – PPP/IFRN. Ele é o resultado de um planejamento global de todas as ações da Instituição, sistematiza concepções, princípios e diretrizes norteadores das práticas e das políticas educativas em âmbito local. Delineia a cultura de uma Instituição educativa, traçando direcionamentos pedagógicos, administrativos e financeiros.

O PPP do IFRN objetiva promover mudanças nas concepções e nas práticas cotidianas, definindo diretrizes que sirvam de referência da caminhada educativa em uma Instituição multicampi e pluricurricular.⁴ É um dos principais documentos que regem as atividades do instituto e possui diretrizes e conceitos gerais e trata da extensão. A edição da Lei 11.892/2008 definiu que

um dos objetivos dos institutos é o de “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”. Desse modo, o processo de interação com a sociedade implementado no IFRN defende a perspectiva de articular mecanismos de extensão às ações de ensino e de pesquisa, em uma relação de verticalização do ensino e, ao mesmo tempo, em uma relação horizontal com as comunidades interna e externa.

As políticas extensionistas, no âmbito da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, da qual o IFRN faz parte, são definidas e articuladas a partir do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX). No caso do Instituto, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é o setor responsável pela criação, implementação, regulamentação, orientação e condução das políticas e das ações tanto dos projetos quanto dos programas de extensão. [...] Objetiva estabelecer relações de aproximação e de integração com a comunidade local e firmar parcerias com a sociedade civil organizada, entre outras ações de desenvolvimento da extensão nas áreas de inserção do Instituto⁵ (IFRN, 2012, p. 188).⁶

Além do PPP o IFRN possui o Plano de Desenvolvimento Institucional, utilizamos o que tem vigência de 2014 a 2018 disponível nas referências. Também regem a extensão no instituto as resoluções do Conselho Superior (CONSUP) que é o órgão máximo do IFRN, com caráter consultivo e deliberativo, instituído pela Lei nº 11.892/2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia⁷. No seu regimento não consta nenhuma orientação específica sobre extensão, mas a Resolução nº 58 que trata do tema só foi aprovada em 2017. A nova

⁴ Fonte da informação: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico-1>

⁵ Atua na PROEX a Pró-reitora Régia Lúcia Lopes desde a 1ª gestão que assumiu em 2012 com o apoio da Assessoria de Programas e Convênios (ASPROC) e a Assessoria de Extensão e Relações Internacionais (ASERI). Na esfera dos câmpus, a PROEX conta com Coordenadores ou Diretores de Extensão (COEX e DIREX). Em 2016 foi nomeado o servidor Thiago José de Azevedo Loureiro como **Assessor de Relações com o Mundo do Trabalho** como mais uma assessoria de apoio à PROEX através do Diário Oficial da União 8/8/2016, Portarias 5/8/2016, Portaria nº 1.345.

⁶ Em fevereiro de 2009, Belchior de Oliveira Rocha foi nomeado reitor pró-tempore do recém-criado IFRN, cargo para o qual foi reeleito no pleito ocorrido em fevereiro de 2012 em todas as unidades administrativas do Instituto e para o qual foi nomeado através de decreto de 15 de março de 2012.

⁷ Definição do CONSUP retirada do site: <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/default-page>.

institucionalidade trouxe mudanças nos regimentos, regulamentos e projetos políticos pedagógicos.

O PPP/IFRN define as ações de extensão como atividades extracurriculares, não obrigatórias. É toda atividade acadêmica, científica, cultural, esportiva, técnica ou tecnológica que não esteja inserida na matriz curricular dos cursos regulares da Instituição (ensino técnico, graduação, especialização, pós-graduação e cursos de formação inicial e continuada). São os cursos de extensão; estágio; visitas técnicas ou aulas de campo; eventos; acompanhamento de egressos; projetos acadêmicos, culturais, artísticos e esportivos; relações institucionais e parcerias; e projetos e serviços tecnológicos. (IFRN, 2012, p. 188).

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI tem validade de quatro anos e avaliamos o que tinha sobre extensão no documento em vigor de 2014 até 2018. Este PDI foi aprovado pela Resolução nº 29/2014-CONSUP/IFRN de 31/10/2014 e atualizado pela Resolução nº 17/2016-CONSUP/IFRN de 06/05/2016. O documento trata de diversas diretrizes e planos para o instituto como também trata da extensão a nível institucional.

O PDI difere um pouco no que diz respeito ao conceito de extensão ao qual ele está embasado pelo PPP quando diz que “possibilitar o acesso da comunidade aos saberes e às experiências acadêmicas produzidas na Instituição” (IFRN, 2016, p. 124) Assim, é como se a comunidade fosse sempre “passiva” neste processo e não como se fosse uma troca de saberes, que é o conceito que o PPP traz.

O PDI também traz diretrizes a serem realizadas durante a vigência do plano 2014-2018. Dentre estas premissas encontra-se ampliação do fomento a projetos; estímulo à participação de discentes; registro no SUAP dos projetos; entre outras.

Ressaltamos que o número de docentes envolvidos com ações de extensão no IFRN aumentou em função da expansão dos campi e, conseqüentemente, elevação do número de docentes, em função dos concursos públicos. Além do que consta na Resolução 32/CONSUP/IFRN de que a carga horária docente deve ser preenchida obrigatoriamente pelo ensino e pode ser complementada com pesquisa, extensão, gestão. Acreditamos que esta resolução ajudou aos docentes a se envolverem mais com a extensão.

O a Resolução 58/CONSUP/IFRN/2017 da extensão do IFRN traz como definições de programas e projetos em seu artigo 5º que trata das ações de extensão:

- a) **Programa** - conjunto articulado de projetos ou outras ações de extensão preferencialmente de caráter continuado, multidisciplinar e integrado às atividades de pesquisa e/ou ensino, envolvendo a participação de discentes e servidores para sua execução.
- b) **Projetos** - conjunto de atividades processuais contínuas, desenvolvidas por um período mínimo de três meses, com objetivos específicos e prazo determinado, o qual pode ser vinculado ou não a um programa envolvendo a participação de discentes e servidores para sua execução. (IFRN, p.2, 2017b).

Pelo que consta no regulamento só vai existir um programa ou projeto de extensão com a presença de três atores: servidor – que pode ser docente ou técnico administrativo; discente – regularmente matriculado e a comunidade externa. O documento aponta o prazo mínimo de um projeto bem como as horas as quais servidores e alunos devem cumprir minimamente havendo diferença entre discentes que são voluntários e discentes bolsistas do instituto.

Todos os projetos devem ser submetidos, avaliados, executados e monitorados através do SUAP. Cada coordenador ou diretor de extensão de cada campus ou alguém por eles delegado irá monitorar as atividades, metas, etc. de cada projeto via sistema online.

O IFRN possui uma Assessoria de Programas e Projetos de Extensão editais de extensão que são lançados anualmente e que contemplam programas e projetos de extensão.⁸ A Assessoria de Programas e Projetos do IFRN é responsável pela elaboração e divulgação de editais; seleção de programas e projetos; assessoramento às Coordenações de Extensão (COEX).

O programa de apoio à extensão no IFRN se dá através das ações realizadas pela Pró-Reitoria de Extensão que contemplam os diversos campi do instituto. O programa de apoio à extensão do IFRN tem por finalidade a busca pela interação entre a comunidade externa e o ambiente acadêmico.

Até o momento desde que o instituto assumiu uma nova institucionalidade foram lançados um total de 32 editais de extensão pelo programa de apoio à extensão do IFRN.

3 PRESENÇA DAS MULHERES NOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO IFRN:

As mulheres possuem histórico de lutas sociais e por espaço na sociedade. O protagonismo de mulheres no extensionismo brasileiro carece de informações precisas. Ao pesquisar a respeito de mulheres e extensão e mulheres que fizeram parte das lutas dos movimentos estudantis e de democratização do ensino no país nos deparamos com falta de informação. O objetivo de nosso trabalho é discutir a participação destas mulheres na extensão na educação profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande Do Norte – IFRN. Para isto realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental e utilizamos o Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP para fazer o levantamento do quantitativo de mulheres coordenando projetos de extensão e se existem projetos voltados a este público ou relacionados à mulher, ao feminismo, ao protagonismo de mulheres. Portanto nosso trabalho tem natureza qualitativa e quantitativa.

O SUAP traz um total de 13.48⁹ projetos concluídos no sistema no IFRN de 2012 a 2018¹⁰. Para análise não vamos levar em conta os projetos em execução devido a poder não termos sido concluídos devidamente ou poder ser cancelados ao longo do percurso, etc. Projetos concluídos são aqueles que obedeceram a todos os critérios de seleção, foram devidamente monitorados e não existem pendências no sistema. A tabela abaixo mostra o quantitativo de projetos visualizados na tela do SUAP no módulo de Assessoria de Programas e Projetos cedido gentilmente pela Pró-reitoria de Extensão para a realização desta pesquisa:

Tabela 1 – quantitativo de projetos de extensão no módulo de Assessoria de Projetos do Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP até agosto de 2019:

⁸ A Assessoria de Programas e Projetos conta com um sistema de elaboração e gerenciamento de projetos de extensão que foi criado no Sistema Unificado de Administração Pública-SUAP, que registra todo ciclo de vida de um programa ou projeto, contribuindo com dados gerenciais. Fonte: <http://portal.ifrn.edu.br/extensao/assessoria-de-programas-e-projetos>

⁹ A quantidade foi visualizada no sistema até dia 02 de agosto de 2019, podendo após esta data apresentar número superior à medida que mais servidores forem finalizando os seus projetos no sistema.

¹⁰ O recorte temporal se justifica por que o IFRN só tornou obrigatório o registro de projetos no SUAP a partir deste ano. Os projetos anteriormente foram cadastrados de maneira diferente em cada campus do instituto, muitos podem ter sido perdidos e não há um levantamento oficial de seu quantitativo via Pró-reitoria. Nem tampouco havia um sistema único de cadastro oficial. Informações retiradas pessoalmente na própria Assessoria de Programas e Projetos apontam que alguns projetos sequer tinham formato padrão de escrita e desta forma o cadastro ficaria prejudicado.

TIPO	QUANTIDADE
Em edição	67
Enviados	2728
Pré-selecionados	2284
Selecionados	1693
Em execução	338
Concluídos	1348
Não enviados	400
Não pré-selecionados	439
Não selecionados	525
Inativos	13
Cancelados	77

Elaboração própria a partir da tela do SUAP¹¹ visualizada 02/08/2019.

Em relação aos tipos de projetos os que estão “em edição” são aqueles que foram escritos no sistema, mas não foi finalizada sua escrita ou que não foram enviados. Os que estão como “enviados” foram todos aqueles que participaram das seleções. Esta seleção existe uma no próprio campus, portanto os que passam desta fase são nomeados “pré-selecionados” por uma comissão feita em cada campus. Os que são aprovados na pré-seleção irão passar por avaliadores externos que utilizarão de alguns critérios para atribuir notas e, dependendo das notas, da classificação e da quantidade de vagas a que cada campus tem direito eles irão constar como “selecionados” e irão poder dar início a sua execução. Os que estiverem como “em execução” são projetos que estão sendo concluídos ainda ou que já foram concluídos e não foram finalizados pelos servidores, provavelmente por que possuem alguma pendência que pode ser tanto atividades não realizadas, falta de documentação ou carecendo de monitoramento dos responsáveis no sistema ou de aprovação de sua conclusão pelas Coordenações ou Diretorias de Extensão. Projetos “não enviados”, “não pré-selecionados”, “inativos” e “cancelados” não constam na nossa contagem.

Nos concentramos, portanto, nos projetos que constam como “concluídos” que tem pela tabela o total de 1348. Do total de 2.728 enviados para submissão nos diversos editais de extensão de 2012 até 2019, 1348 foram concluídos. Isto quer dizer pouco mais de 49% dos projetos que foram pensados, escritos e enviados pelos servidores da instituição, quase 50% foram executados e concluídos. Vale lembrar, no entanto, que este número deve ser bem mais já que muitos projetos, 338, ainda se encontram em execução no sistema, podem, boa parte deles também já terem sido concluídos¹².

Ao baixarmos a planilha com todos os projetos concluídos no SUAP obtivemos o resultado de 1348 projetos como dissemos. Fizemos uma varredura de forma manual identificando nomes de mulheres e de homens. Separamos nas colunas as mulheres dos homens e observamos que haviam lá 537 projetos coordenados por mulheres e 811 projetos coordenados por homens. O número de participação de homens foi superior ao de mulheres. Isto pode acontecer por conta da quantidade de homens do instituto que é superior ao de mulheres. O IFRN tem 1.688 servidores do sexo masculino e 945 servidoras do sexo feminino¹³.

¹¹ Utilizamos o módulo de Assessoria de Programas e Projetos da Pró-reitoria de Extensão para baixar uma planilha no Excell que continha estas informações.

¹² Informações buscadas na Pró-reitoria de Extensão do IFRN pessoalmente.

¹³ Informação obtida com a servidora da gestão de pessoas, disponível na figura a seguir.

Observando a figura abaixo veremos o quantitativo de servidores por situação funcional e por gênero.

Relatório de Gestão de Pessoas

Docentes, técnicos administrativos e estagiários - Composição por sexo

Situação	Masculino	Feminino	Não definido	Total
APOSENTADO	231	187	0	418
ATIVO PERMANENTE	1688	945	0	2633
CEDIDO	10	9	0	19
COLABORADOR ICT	2	0	0	2
COLAB PCCTAE E MAGIS	1	1	0	2
CONT.PROF.SUBSTITUTO	85	74	0	159
CONTR.PROF.VISITANTE	9	16	0	25
ESTAGIARIO	107	119	0	226
EXERC.7º ART93 8112	0	1	0	1
EXERC DESCENT CARREI	2	1	0	3
EXERCICIO PROVISORIO	6	12	0	18
REQUISITADO	1	1	0	2
Total	2142	1366	0	3508

Figura 1 – Quantitativo de servidores por situação funcional e por gênero.¹⁴

Como podemos observar o total de 3.508 servidores não correspondem aos servidores efetivamente ativos no IFRN. também que alguns nomes estavam repetidos. Ao constatar isto colocamos os nomes em ordem alfabética e procedemos a eliminação de nome iguais para saber exatamente quantas mulheres e homens estavam nos projetos de extensão¹⁵.

Dos 537 nomes de mulheres coordenando projetos de extensão encontramos 278 mulheres participando como coordenadoras dos projetos de extensão. O SUAP mostra que temos em todo o IFRN 3.508 servidores no instituto e deste total estão atuando no instituto 2633 servidores efetivos do IFRN, subtraindo-se os estagiários e os substitutos, aposentados, entre outras situações. O quadro mostra a quantidade de mulheres 945 que corresponde a 35,89% do total de servidores 2.633 ativos do instituto. Se levarmos em consideração a quantidade de 278 mulheres que coordenaram projetos de extensão em relação ao total de servidoras ativas no IFRN que são 945, então temos deste total 29,41% de servidoras que estão trabalhando com a extensão. Na realidade o número de mulheres envolvidas na extensão é bem maior que este, pois temos mulheres que fazem parte das equipes dos projetos. Este levantamento só seria possível olhando cada projeto individualmente, já que na planilha disponibilizada pelo sistema

¹⁴ A Figura 1 foi feita a partir de um print da tela de celular smartphone de servidora chefe do setor de Gestão de Pessoas de um dos campi do IFRN.

¹⁵ Infelizmente não conseguimos a informação em tempo hábil sobre possíveis homônimos e procedemos a análise não levando em consideração esta possibilidade.

SUAP só consta o nome da coordenação dos projetos e não da equipe. Avaliamos então que seria um trabalho que demandaria bastante tempo e resolvemos deixar para futuras análises.

O quantitativo de homens coordenando projetos é de 811, sendo que alguns homens coordenaram mais de um projeto de extensão. São 444 homens que coordenam projetos. Diante do percentual de homens servidores ativos no IFRN temos 26,3% de homens atuando nos projetos de extensão, mas assim como ocorre com as mulheres este número é bem maior diante da quantidade de homens que pode haver como membros das equipes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para chegar até este ponto o caminho traçado neste estudo foi o de contar um pouco sobre como a extensão se deu no Brasil. Depois nos debruçamos como a extensão é regulamentada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN através de seus documentos. Depois fizemos um levantamento sobre os projetos de extensão no instituto e, por fim, traçamos o quantitativo de mulheres que participam de projetos de extensão.

Como pudemos observar as mulheres tem seu papel na extensão no IFRN e estão presentes participando de projetos. Apesar do quantitativo de homens ser bastante grande do instituto, quase o dobro do quantitativo de mulheres, elas se fazem presentes nos projetos de extensão e contribuem para o contato do instituto federal com a comunidade. Algumas mulheres chegam a ter concluídos mais de um projeto. A quantidade de mulheres com apenas um projeto concluído no sistema é de 150 mulheres, ou seja, mais de 50% das 278 concluíram dois ou mais projetos no sistema SUAP.

Para contar um pouco mais sobre o histórico da produção do conhecimento da extensão e das mulheres no IFRN poderemos nos próximos trabalhos avaliar os anais da Semana de Ciência, Tecnologia e Extensão do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (SECITEX), no ano de 2019 terá sua 5ª edição. Este evento reúne trabalhos tanto de pesquisa quanto de extensão que são produzidos nos 22 campi do IFRN e seria interessante verificar quantas mulheres apresentam ou aprovam seus trabalhos de extensão.

Nossa tarefa aqui neste texto foi o de mostrar a participação de mulheres nos projetos de extensão do IFRN e fica a provocação para que mais trabalhos possam contribuir com esta importante dimensão da tríade que forma a universidade. A extensão com seu caráter anti-hegemônico e lutas pode contribuir para um melhor acesso da população menos favorecida as universidades e precisa estar atenta a função social dos institutos que é também o de emancipação dos sujeitos, de proporcionar uma educação de qualidade, politécnica que vise a formação humana integral dos sujeitos. Será que os projetos de extensão contribuem para a formação politécnica na qual o trabalho intelectual é indissociável do trabalho manual? Será que os projetos proporcionam as ideias de Gramsci no que diz respeito ao Trabalho como Princípio Educativo? Questões a serem desenvolvidas e pesquisadas em outros trabalhos.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto nº 19.850**, de 11 de abril de 1931a. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 01 julho 2018.

_____. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931b. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 01 julho 2018.

Acesso em 01 de julho de 2018.

_____. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em 01 de julho de 2018.

_____. **Decreto nº 62.927**, de 28 de junho de 1968a. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62927-28-junho-1968-404732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 01 de julho de 2018.

_____. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968b. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 01 de julho de 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 01 de julho de 2018.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm> Acesso: 25 jan. 2019.

DOS SANTOS, Maria da Soledade Simeão; MENDES, Isabel Amélia Costa. Projeto Rondon: a metodologia educativo-assistencial de trabalho dos estagiários universitários. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 9, n. 1, p. 124-137, 2005.

FORPROEX. I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2019.

FRANZON, Sadi. **OS ACORDOS MEC-USAID E A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 – AS GARRAS DA ÁGUIA NA LEGISLAÇÃO DE ENSINO BRASILEIRA**. Artigo apresentado no XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PUCPR. 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21202_9057.pdf> Acesso em 21 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva – DOCUMENTO-BASE**. Natal-RN: IFRN, 2012. Versão online. Disponível em: <<https://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico-1>> Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Resolução 17/CONSUP/IFRN. Natal-RN: IFRN, 2016a. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/ifrn/institucional/pdi/lateral/pdi-2014-2018/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2014-2018-2> Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2009**. 170 fls. Natal-RN: IFRN, 2009. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/acesoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao>> Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2010**. 367 fls. Natal-RN: IFRN, 2010a. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao>> Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. **Resolução 31/CONSUP**: Aprova o Relatório de Gestão e Processo de Contas 2011 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal-RN: IFRN, 2012. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes>> Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. **Resolução 32/CONSUP**: Aprova o Regulamentação das atividades Docentes no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal-RN: IFRN, 2017a. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes>> Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. **Resolução 58/CONSUP**: Aprova o Regulamento das atividades de Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal-RN: IFRN, 2017b. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes>> Acesso em: 15 mar. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org) et al. **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão – Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFGM, 2013. 165 p. (Coleção Extensão Universitária; 8). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/relex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o-_livro_8.pdf> Acesso em 21 set. 2018.

RIBEIRO, Maria das Graças M. Caubóis e Caipiras. Os land grant colleges e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 19, p. 105-120, abr. 2006 Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/17656/artigo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 21 set. 2018.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação? **Revista Educação em Debate**, v. 6/7, n. 2/1. Fortaleza, 1984, p. 53-60. Disponível em <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12082>>. Acesso: 11 fev. 2018.

SOUSA, A. L. Lima. **A História da Extensão Universitária**. Campinas: Ed. Alínea, 2000.